

## Resenhas

## TRÊS FLORESTANS

Edison Bariani Junior\*

Três livros recentes - de Plínio de Arruda Sampaio Jr., José Carlos Reis e José de Souza Martins – embora tratem de temas diferentes, revisitam o pensamento social, político e econômico no Brasil, seja como exegese, seja como resgate, seja como reverência; de qualquer modo, contribuem para apertar os laços com uma tradição rica porém relegada em favor da cultura *up to date*. Esporadicamente, o pensamento social no Brasil tem sido reavaliado de modo fragmentário ou tangencial; poucas são as iniciativas abrangentes, que estabelecem um diálogo profícuo com os autores e questões que enriquecem o processo de reflexão sobre nossa história, como o faz Faoro (1994). Em geral, as inquietações sobre a originalidade, as características, as heranças e atualidades deram lugar a uma “arqueologia do pensar”, uma dissecação teórica dos textos que ignora a práxis e sublinha apenas os “conteúdos ideológicos” que indefectivelmente as interpretações contêm; negligencia-se que ao se macular com o real que o pensar se faz vivo. Todavia, está vedada à “verdadeira ciência” a promiscuidade com o mundo.

Nesse aspecto, *Entre a nação e a barbárie*, de Plínio de Arruda Sampaio Jr., é um livro corajoso porque retoma os desafios do capitalismo atual fazendo uso de conceitos como “dependência”, “subdesenvolvimento”, “nação” etc., sem recorrer à flacidez conceitual dos globalismos e globalizações; para tanto, revê as contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado, no intuito de compreender o capitalismo dependente e

seus dilemas. Descontadas as disparidades entre os autores - principalmente entre Caio Prado Jr./Florestan Fernandes e Celso Furtado - a análise almeja a contestação do neoliberalismo sem recair no nacional-desenvolvimentismo, revalorizando a busca por um modelo capitalista que se coadune com os interesses nacionais: “o principal desafio consiste em criar as condições necessárias para que o processo de acumulação de capital fique subordinado à vontade da sociedade nacional” (p. 10).

Onde, no entanto, estaria encarnada essa vontade? Ela existiria como algo unívoco? Estaria acima ou emanaria das classes sociais? Quais classes? Com qual projeto? Algumas dessas questões são enumeradas pelo autor (p. 231-2) como desafios futuros, mas como reafirmar os dilemas do capitalismo dependente e concluir pela afirmação da nação sem responder tais questões? Para Sampaio Jr.,

os obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento das economias dependentes estão associados, basicamente, à falta de autonomia da economia nacional e à persistência de uma superpopulação excedente permanentemente marginalizada do mercado de trabalho,

Logo,

a ruptura definitiva dos nexos de dependência herdados do período colonial exige: (1) uma completa inversão no modo de participação no sistema capitalista mundial; (2) o controle dos aparelhos de Estado por classes sociais umbelicalmente comprometidas com o destino da nação; e (3) a superação do mito do desenvolvimento econômico que alimenta a falsa esperança de um desenvolvimento recuperador” (p. 231);

É plausível perscrutar, entretanto, se uma completa inversão do modo de inserção no capitalismo mundial, promovido por classes

\* Aluno do curso de Ciências Sociais, FCL/UNESP – Araraquara.

imbuídas de uma vontade nacional e desiludidas com o mito desenvolvimentista, é, ainda, uma solução contemporânea ou se procura nostálgicamente uma via nacional de afirmação da autonomização do processo ampliado de reprodução do capital em pleno capitalismo tardio. Seria possível ainda um projeto nacional? Estaríamos entre a nação e barbárie? É ainda a afirmação nacional um modo de autodeterminação de uma sociedade? Não seria o próprio modo de produção capitalista e a forma na qual se moldou que ocasionaria as relações de dependência e, assim, as classes comprometidas com o capital necessariamente se comprometem com a subordinação? Ou ainda seria possível a existência de uma classe beneficiária do capital comprometida com a vontade nacional? Existiria mesmo uma “burguesia nacional” à qual o destino da nação está atrelado? Ou será que a retomada dos destinos sociais e uma inserção não dependente no mundo passariam por uma ruptura com o capitalismo e, não mais em favor de um socialismo nacional, insular, estaria engajada num novo projeto internacionalista de emancipação social?

O que deveria ser uma abordagem não economicista da sociedade brasileira acaba por esvaziar os conteúdos sociais e políticos; o que deveria ser a superação do nacionalismo desenvolvimentista acaba por mitificar a nação e erigir a “vontade da sociedade nacional” e transforma seus procuradores em protagonistas. Será mesmo que a ultrapassagem do capitalismo dependente só se fará através da autonomização nacional, ou será que a esquerda brasileira, por insuspeita que pareça, permanece presa às armadilhas da conciliação? A expressão “entre a nação e barbárie” já não parece um dilema, mas um sofisma.<sup>1</sup>

Já José Carlos Reis, em *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, passeia pelo pensamento de Varnhagen, Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso; dividindo-os em “descobridores” e “redescobridores” do Brasil, recorre aos conceitos de interpretação, compreensão, mudança e continuidade para entender as

elaboraões teóricas como relação do homem e seu tempo, e conceber a verdade histórica como “caleidoscópica”, composta pelas várias interpretações acerca dela.

As análises a respeito dos autores elencados são baseadas, em geral, numa única obra de referência de cada autor, obviamente representativa, mas tal procedimento fragiliza a interpretação, visto que o foco é o autor e, dessa forma, uma visão ampla fica prejudicada. Críticos e/ou comentaristas são arrolados para trazerem subsídios ou serem cotejados com os autores, entretanto, a bibliografia arregimentada é desequilibrada e, por vezes, deficiente, o que é agravado pelo pouco domínio que o autor demonstra sobre ela: na caracterização do marxismo no Brasil, apoiado em Mantega (1984), situa Caio Prado Jr. como inconscientemente trotskista (p. 180) e Nelson Werneck Sodré como um dogmático, ligado à III Internacional, ao comunismo soviético e ao estalinismo (p. 152); na formulação da “questão das idéias fora do lugar” cita, além de Schwarz (1981), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1981): o primeiro refere-se ao bacharelismo e a superficialidade da reflexão no Brasil, e o texto da autora, em polêmica com Schwarz, denomina-se simplesmente *As idéias estão no lugar*. Em alguns momentos do texto, que alimenta preocupações literárias, analista e analisados se confundem, proporcionando não poucos enganos e frases truncadas.

Florestan Fernandes é analisado em um dos capítulos com base em *A revolução burguesa no Brasil* (1987), o que, apesar da envergadura do livro, reduz o pensamento do autor, pois dissolve sua complexidade e desenvolvimento ao longo do tempo, numa interpretação calcada num dado momento do trabalho do sociólogo; sobre o processo da revolução burguesa, Reis afirma que FF “tenta ‘fazer o luto’ do nacionalismo perdido! Por um lado constata a dura realidade; por outro, não se conforma e protesta com veemência. Ele se põe então a emitir juízos de valor sobre a burguesia brasileira. Há um certo moralismo em sua análise”(p. 231). Descrito como dividido entre o cientista e o cidadão, a razão

e a paixão, a constatação e a indignação, a revolta e a orfandade burguesa, Florestan torna-se uma personalidade dilacerada; as sofisticadas articulações entre a ciência e militância, que construiu durante toda sua vida e obra, e os diferentes momentos desse dilema, que enfrentou prática e teoricamente, de um radicalismo científico inicial, através da intervenção racional e o planejamento da mudança, até o engajamento político socialista, sua rica trajetória, enfim, é menosprezada por uma análise que descamba por uma psicologia de botequim. Não bastasse isso, o texto confuso deixa transparecer que Florestan teria participado do grupo d’*O Capital* (o “primeiro”), lamentável engano.

É perceptível a preocupação em dialogar com uma vertente teórica que analisa a evolução do pensamento no Brasil como uma evolução positiva, dos diletantes ao cientistas sociais, representada sobretudo por Carlos Guilherme Mota (1980), que qualifica os primeiros como “explicadores” do Brasil, num sentido nitidamente pejorativo; Mota, por seu turno, teve como interlocutor um outro autor que, resguardadas as diferenças, caminha num sentido muito próximo - de Dante Moreira Leite (1969) -, no qual a ideologia do “caráter nacional brasileiro” é contraposta à explicação racional da sociedade.<sup>2</sup> Motivado pela necessidade de contrapor-se a um certo evolucionismo, Reis afirma que “não há autores superados, desde que lidos em sua época” e procura “uma visão do Brasil construída por uma multiplicidade de visões parciais”. A “dialética” que daí emana enumera as visões do Brasil e dissipa-se sem alcançar uma síntese histórica; no afã de trazer à tona elaborações teóricas significativas e de descartar uma organização em escala ascendente do pensamento no Brasil que hierarquize os tempos e visões, ele dilui as representações num relativismo histórico destituído de crítica, transformando a evolução do pensamento numa cultura de almanaque.

Por fim o livro de José de Souza Martins (1998) que, embora bastante heterogêneo, é uma homenagem a Florestan Fernandes e, indiretamente, à escola paulista de sociologia da qual o autor se considera herdeiro - Antônio Cândido e Fernando Henrique Cardoso

são presenças constantes no livro, quando não referências obrigatórias. Fato ou mito, a existência de uma “escola paulista” curiosamente é defendida pelos epígonos e não pelo mestre.<sup>3</sup> Tal escola abarcaria ora a maior parte da produção uspiana, ora o grupo que Florestan reuniu em torno da cadeira de Sociologia I, sendo geralmente caracterizada pela homogeneidade de temas e métodos; há no entanto uma diversidade razoável nos trabalhos concretizados: de estudos “raciais” a sindicais, de estudos empiricistas a análises dialéticas, de estudos localizados a interpretações históricas - veja-se por exemplo a distância entre os estudos de Leôncio Martins Rodrigues e Octávio Ianni.

Quanto aos argumentos para corroborar a existência de uma temática referente à especificidade da sociedade brasileira e ao uso de métodos que combinassem teorias e fatos, é possível afirmar que tais preocupações são comuns à maior parte dos cientistas sociais brasileiros do mesmo período; já a linguagem hermética é, sem dúvida, influência direta de Florestan. Por outro lado, pode-se afirmar que São Paulo se constituiu de maneira ímpar e a USP, um projeto alternativo de formação de elites no qual a institucionalização se deu precocemente, criou um ambiente único no qual pesquisa e ensino se combinaram, engendrando formas de organização e reprodução científicas inéditas no Brasil. Alie-se a isso um certo fechamento da comunidade científica, um certo desejo de diferenciação em relação ao Rio e sua efervescência política, bem como a presença forte de uma personalidade como Florestan Fernandes e se terá como resultado uma coesão, uma certa homogeneidade circunstancial, algo muito próximo a uma escola.

Escola, “escola” ou não, o fato é que a sociologia paulista, no período de formação, criou uma abordagem própria dos problemas, na qual os critérios científicos eram utilizados de modo a tentar manter uma distância segura da vida política que urgia; essa ética do distanciamento desdenhava as questões imediatas e propugnava mudanças estruturais na sociedade brasileira, procurando uma intervenção política que se impusesse mais pela força dos argumentos e menos pela militância nas questões. Uma

ilustração dessa atitude é a polêmica entre Florestan e Guerreiro Ramos a partir do final dos anos 50, na qual o primeiro opõe o “padrão científico” à “sociologia em mangas de camisa”, do último.<sup>4</sup>

Pessoa e obra de Florestan Fernandes são reverenciadas numa primeira parte em ensaios entre os quais constam a relação entre vida e obra, uma comparação com Henri Lefebvre<sup>5</sup>, a herança acadêmica e a articulação ciência-política na obra do autor; numa segunda parte Martins fala em entrevistas sobre Antônio Cândido e *Os parceiros do Rio Bonito* e sobre si próprio.

Indefectivelmente, Florestan, no curso dos ensaios, é retratado como o puritano cientista, bastião uspiano, que evocava os valores científicos acima de tudo (algo de que está apenas próximo, pelo menos até os anos 50), que encarava a sociologia como “a consciência científica da sociedade” e, por outro lado, um abnegado militante cuja principal meta era “vencer as resistências à mudança” (p. 82) - uma fórmula conveniente à vagueza ideológica imposta ao pensamento do autor. Feita a assepsia, naturalmente, a partir daí, escreve-se mais um capítulo da hagiografia que se tem revelado a análise da profunda e complexa obra de Florestan.

Entretanto, uma idéia em particular toma vulto na homenagem da qual o falecido sociólogo é vítima:

pode parecer uma heresia e ele certamente se insurgiria hoje contra a interpretação de que nesse projeto [o do Cesit],<sup>6</sup> em grande parte, tem suas raízes a concepção sociológica de base do governo Fernando Henrique Cardoso, aliás, editor do projeto, que é a orientação de modernizar as visões e condutas das classes sociais, e do Estado, vencer as *resistências à mudança*, superar o corporativismo e a dominação patrimonial. (p. 60)<sup>7</sup>

Trocando em miúdos, Martins afirma que o governo FHC está alicerçado numa concepção sociológica expressa num projeto

de pesquisa de mais de 30 anos atrás e cujos objetivos eram utilizar a análise sociológica,

como fator de renovação e alargamento do horizonte cultural herdado (...), para apontar o grau de adequação ou de inadequação da estratégia a ser seguida, praticamente, onde a vitalidade do crescimento econômico não é bastante forte para romper com o peso morto do passado (...), [facilitar] propósitos de liberar a economia dos influxos negativos da herança social e (...) [estimular] a orientação de conjugar as inovações econômicas ao planejamento e às reformas sociais. (Fernandes, 1976, 322)

Como se vê, Martins concebe o governo FHC como reformador social, preocupado em cortar os laços com um passado arcaico através do planejamento e da democracia. Fica clara a sua “heresia”, que não é contrariar uma provável opinião de Florestan mas de colocá-lo na incômoda posição de formulador de um projeto que serve de base ao governo em questão e, principalmente, onerar a memória do sociólogo e socialista Florestan com o peso das mazelas do governo, utilizando-o para dar lastro e lustro às posições políticas de FHC e dele próprio, Martins. Florestan não merecia esta “homenagem”.

Os três livros em questão trazem três visões de Florestan Fernandes: um Florestan economista (Plínio Arruda Sampaio Jr.), um esquizofrênico (José Carlos Reis) e um “tucano” (José de Souza Martins). Descanse em paz!

MARTINS, José de Souza. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1998, 240 p.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnbagen a FHC*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, 280 p.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Rio de Janeiro, Vozes, 1999, 254 p.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Florestan Fernandes (1977, 245-6, itálicos do autor) manifestou-se do seguinte modo: “Não foi um erro confiar na democracia ou lutar pela revolução nacional. O erro foi outro – o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados. Não há *reforma* que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida. Se a minoria não se dispõe às concessões, a maioria não pode consegui-las ou impô-las e todos os caminhos estão fechados, *a Nação é uma impossibilidade*: a democracia e a revolução nacional só podem existir como mitos, não como realidades históricas. Assim se define a equação, que se põe diante de nós no derradeiro momento de nossa ‘idade madura’. Ela exige uma resposta, fora e acima das velhas ilusões e das antigas acomodações, que nos obrigue a ir direto à causa principal e aos argumentos essenciais. Esse pode ser o ‘último papel’ que nos toca dentro da cena histórica. Mas ele é, sem dúvida, o maior de todos”.
- <sup>2</sup> Sem dúvida, um livro erudito e instigante, hoje condenado à poeira da memória acadêmica.
- <sup>3</sup> Denominação que o próprio Florestan (1977, 140) rechaçava como “uma escola que não existe e nunca existiu”, chamada assim “por falta de imaginação”. Martins (1999, 18) argumenta que “trata-se de uma escola porque definiu um estilo de trabalho científico e porque seus membros criaram conjuntamente um elenco de indagações teóricas que são até hoje fundamentais na pesquisa sociológica”. Carlos Guilherme Mota (1980, 185) identifica uma “escola” (aspas do autor) na temática própria, a saber, “a especificidade dos modos de produção no Brasil”, na preocupação com a mudança social, na metodologia original e até na linguagem própria, o hermetismo. Maria Arminda do Nascimento Arruda (1989, 119) também mantém as aspas e reconhece que a “denominação ‘escola’ contém certa arbitrariedade. Utilizamo-la no sentido de identificar um grupo definido de sociólogos da USP, dirigido por Florestan Fernandes, que produziu trabalhos próximos, tanto do ponto de vista temático quanto teórico”.
- <sup>4</sup> Uma visão semelhante e mais densamente elaborada dessas questões é desenvolvida por Lahuerta (1999).
- <sup>5</sup> Tema interessante que poderia render muito mais se explorado pelo autor.
- <sup>6</sup> Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, criado junto à cadeira de Sociologia I, da USP, idealizado por Florestan, dirigido por Fernando Henrique Cardoso e financiado sobretudo pela Confederação Nacional da Indústria visando estudar a indústria, as relações de trabalho e os grupos sociais envolvidos (operários e empresários). O texto ao qual Martins se refere, escrito por Florestan Fernandes (1976) em 1962, “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”, foi um projeto de apresentação.
- <sup>7</sup> Continua Martins (1999, p. 60, itálicos): “Isto pressupõe uma certa coexistência de classes, embora não propriamente uma aliança de classes, que o professor Florestan

recusava nos últimos anos de sua vida, mas que está contraditoriamente suposta em praticamente todo os seus textos políticos, inclusive no último artigo publicado no dia seguinte ao de sua morte [nota: *O rateio da pobreza*]. Em grande parte, penso, porque sua concepção de superação do capitalismo dependente através do socialismo envolvia um certo antiimperialismo, um certo nacionalismo concomitante e, ao mesmo tempo, a superação dos entraves representados pela herança colonial”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: Miceli, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/Idesp, 1989, v.2, p. 107-231.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?*. São Paulo: Ática, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed. reorg. e ampl., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil; contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Cadernos de Debate, 1).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição; entre a política e a profissão*. Tese doutoramento apresentada ao Departamento de Política da FFLCH da USP, mimeo., 1999.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro; história de uma ideologia*. 2ª ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v. 2.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1980.
- SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar. Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

## **ESTADO E SOCIEDADE: POLÍTICA E CULTURA NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

Wlaumir Doniseti de Souza\*

Uma das críticas, ainda comuns, à Ciência Política e à Sociologia Política é a de que são por demais descritivas, esquecendo-se de uma abordagem, provavelmente a mais significativa dessas ciências como interpretação cultural e social do fenômeno político, partidário ou do Estado.

Essa questão ainda hoje, véspera do século XXI, divide as opiniões. De um lado e de outro as acusações de visão limitada ou distorção são reciprocamente trocadas. Uns compreendem do Estado como insulado, burocraticamente autônomo, separando e colocando o poder estatal acima da sociedade, ou seja, o Estado teria objetivos e vida intrínsecos. Outros, pelo contrário, ouvindo a admoestação de uma “análise total”, relacionam o Estado e a política com a realidade historicamente situada segundo o social, o econômica e a cultura do país em questão.

Se a crítica das ciências que se apropriam do político e do Estado são meramente descritivas e, portanto, limitadas, é válida para alguns, com certeza não o é para o brasilianista Richard Graham, em *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Numa perspectiva transdisciplinar entre História e Sociologia, ultrapassa o limite do político no sentido de estatal e invade o terreno do social e do cultural, para buscar uma abordagem que resvala para a explicação totalizante do fenômeno clientelismo como estratégia política e ideologia.

O próprio Graham, ao debater, na Introdução de sua obra, algumas posições teórico-metodológicas, sobre o Estado e a Política no Brasil - as de Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nestor Duarte, Oliveira Viana, Raimundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso, - deixa explicitada a sua posição:

“... Neste livro, os leitores encontrarão muitas provas de eleições controladas e influência familiar, mas rejeito a separação implícita entre o Estado – mesmo o Estado central – e os chefes agrários. (...)

... no tocante ao Estado. Não o vejo tão autônomo e livre de seu contexto social e econômico, nem creio que políticos, juizes e outras autoridades representassem apenas os interesses de um Estado reificado, assim que atravessassem os portões de uma agência governamental. Ocupantes de cargos, em diferentes níveis do governo, chocavam-se freqüentemente uns com os outros, tanto que as autoridades centrais algumas vezes lutavam contra os donos do poder local, mas, nos dois extremos e em todo o sistema político, fosse qual fosse seu partido, as autoridades eram extremamente sensíveis aos interesses agrários, quando não eram elas próprias proprietárias de terra.”(Graham, 1997, p.21)

Pode-se afirmar que Graham construiu uma análise que seguia a admoestação, às avessas, de E.H. Carr: não fazer da política aquilo que o social deixou de lado.

Na busca da explicação totalizante, que permanece como um ideal paradigmático, pesquisou o contexto do político. Analisa, de maneira geral, as relações sociais do século XIX. Focando a família como elemento central daquela sociedade patriarcal, demonstra o quanto os valores privados de fidelidade, lealdade e submissão ao pai-patrão – que em troca e reconhecimento da legitimidade da submissão – estabelece prebendas que mantém a integridade da família. Essa cultura é transmutada em um padrão

---

\* Doutorando do Programa de Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara.

cultural da sociedade para o Estado: a separação do público e privado não é percebida, nem estabelecida.

Se na família havia uma hierarquia inquebrantável, igualmente se dava na sociedade e no Estado. Ou seja, a primeira distinção fundamental era dada entre homens e mulheres; a outra, entre ricos e pobres, sendo estas, coroadas pelas relações de lealdade, benevolência, força e punição, segundo os interesses políticos privados que podiam se traduzir no aparato legal do Estado.

Assim como o pai prove a família enquanto esta lhe é fiel e a pune quando tem um comportamento tido e havido como desviante, do mesmo modo, na sociedade e na política, age o político, o patrão. Espera a integral adesão daqueles que lhe são agregados. É uma “barganha tácita; é uma técnica de dominação”.

Ser caridoso para os pobres e dependentes, ser benévolo, recompensando a submissão e punindo a autonomia, era a mesma técnica utilizada para com os escravos. Não foi à toa que escravos de “excepcional lealdade” foram libertos, ao mesmo tempo que se previa em lei que o liberto que faltasse com o respeito para com o antigo dono poderia perder sua alforria, ou, em outras palavras, para com a hierarquia social e a noção de fidelidade submissa. Esses valores deveriam estar introjetados e, para tanto, a mobilidade geográfica deveria ser controlada.

A hierarquia não excluía a mobilidade social, mas ascensão e queda social estavam diretamente relacionadas ao clientelismo e suas táticas, que terminavam por ser manifestações de uma hierarquia inquebrantável, mas à qual se opunha resistência, às vezes. Em apoio à estratégia clientelística de dominação, a elite manifestava sua distância das demais camadas, através de uma estilização no modo de viver, por meio da noção de honra e de etiqueta, além da ostentação pública de seu capital econômico e político, como substrato do poder de coerção física ou legal que poderia ser utilizado, se fosse o caso.

A realidade de um país, culturalmente elaborada pelas tradicionais relações familiares de mando e obediência, se transpuseram para a cultura do Estado em seu aparato, no qual o

Imperador era identificado como o pai do País. Os membros do Estado terminavam por estabelecer relações entre si que dependiam fundamentalmente das relações pessoais de dependência ou punição, o que traria como discurso, a noção do país sob um governo forte, autoritário.

No tocante ao Partido e suas facções, os elos de parentesco, de sangue ou de afinidade determinavam, em grande número, os seus filiados e sua atitude política de manutenção ou reforma do aparato legal, da hierarquia dos cargos e seus ocupantes, por meio do clientelismo.

O princípio da autoridade e deferência, de punição e premiação paternal pela fidelidade ou infidelidade, se transpunham para o Estado como padrão cultural do mando e da hierarquia de poder político, “mostrando em sua própria estrutura as relações adequadas a todos os atores sociais.” A competência não era uma causa, mas um efeito do posto estatal.

Com isso, Richard Graham evidenciou que no Brasil do século XIX as análises que se propunham sobre o Estado, como que pairando acima da sociedade, estavam equivocadas. Simultaneamente observa que, mesmo contemporaneamente, essas propostas de análises que supõem um Estado acima da sociedade, centralistas de fato e não só de direito, são por demais reducionistas e incapazes de compreender as dimensões amplas que colaboram para se implementar determinada demanda política ou estatal.

Percebe-se, em seu trabalho, o significado das reformas da legislação em correlação à cultura familiar, social e política ou estatal, se se preferir. No Estado, os indivíduos terminariam por desencadear uma estratégia política limitada pelos compromissos pessoais de alto a baixo na estrutura social, política ou estatal, e de maneira inversa, mas como uma resposta frente aos arranjos locais, do alto para baixo.

As relações de poder na hierarquia com suas múltiplas correlações de alto-abaixo-alto são as relações entre o poder local e o estadual que, no Império, seria o provincial, e nacional, que no Império constituir-se-ia pelo Imperador e seu gabinete.



Em meio a essas relações entre o poder local, o provincial e o nacional, um dos elementos aglutinadores seria os Partidos que não passariam de legendas, reunindo diferentes facções e grupos de interesses que tinham como denominador comum a escolarização, a de possuir terras ou pertencer a uma camada economicamente privilegiada, além do evidente interesse pelo poder estatal, como meio de manutenção da ordem, segundo os seus interesses.

Na relação entre o poder local, o provincial e o estatal, uma das preocupações mais constantes era a manutenção dos dependentes, dos correligionários e da parentela, em suma, da clientela familiar ou política. Nesse sentido, a organização cultural do Estado, traduzida no seu aparato legal, criou condições para que se fizesse a devida manutenção, renovação ou alteração da clientela pertencente aos quadros do funcionalismo público.

O clientelismo manifestar-se-ia no sistema político-estatal do país, como um elemento que fortalecia ou enfraquecia as alianças políticas de dependência e proteção, só que dependência e proteção estavam evidentes em uma mão dupla de alto-baixo-alto, no qual um interdependia do outro para a manutenção do *status quo*.

Ou seja, o espaço do funcionalismo público que era disputado para as clientelas dependia de uma correlação de forças na qual a preocupação fundamental recaía sobre as instituições que eram ou deveriam ser monopólio estatal: o da justiça, o da força, através dos delegados e da Guarda Nacional.

Na disputa pelos postos estatais políticos - deputados e senadores, além do Gabinete, - como nos administrativos, jurídicos e policiais, evidencia-se que a construção desse aparato dependia de uma correlação de interesses e forças entre o poder local, que solicitava deitar seus dependentes em pontos estratégicos e o poder central ou provincial, de respeitar e garantir seus compromissos clientelísticos anteriores.

Essa solicitação, do local para o poder central, é, ao mesmo tempo, de fato, uma possível ameaça, visto que o deputado ou senador dependia dos eleitores que se encontravam nas bases

políticas, fiéis a um potentado que, para realizar a manutenção de seu poder e status, devia ser capaz de prover postos de serviços públicos aos seus dependentes, bem como a remoção e transferência, ao sabor dos seus interesses pessoais ou faccionais, dos funcionários públicos indesejáveis.

O deputado, por seu turno, deveria saber como e a quem proceder, para garantir a legitimação dos indicados pelo poder local. Não obstante, o poder central tinha meios de protelar ou adiar determinadas situações e aspirações e quando isso ocorria, um chefe local ou os seus representantes políticos, os deputados, estavam fadados ao fracasso e à substituição, por um outro partido ou facção.

O fato de se ganhar uma eleição local, conquanto partido ou facção opositora, ainda que fraudulenta, ou como teatro que garantia uma aparência de legitimidade do processo participativo dos votantes, era para garantir ser governo e não para opor-se a este. A preocupação fundamental estava no fato de garantir postos aos clientes e isso era possível ao ser governo.

Ou seja, uma vez que a elite política do país passara a acreditar que o poder central mostrara-se eficiente no controle social da desordem de classe, e que havia uma institucionalização crescente da política, na década de 1840, a alternativa, mais uma vez, fôra de garantir nomeações para os cargos que garantissem a manutenção de sua posição político-social no Governo Imperial de Dom Pedro II.

Mesmo quando se debatia uma reforma da legislação ou o Ato Adicional de 1834, o que se buscava eram meios de garantir a manutenção do clientelismo que conseguia, e ainda consegue, as nomeações e promoções dos apaniguados, transferências e afastamentos dos inimigos. O clientelismo encontrava-se em todos os níveis do governo, quer local como nacional, gerando um crescimento exagerado dos funcionários ao longo do Império e, depois, da República.

Graham chega a tratar, inclusive, das questões psicológicas do clientelismo, evidenciando as *ligações ansiosas* que se

estabeleciam nas relações de solicitação de favorecimento. Essas ansiedades se davam entre o apaniguado e o poder local, deste com o deputado e, por sua vez, com o gabinete, se fosse o caso, ou com o presidente da Província, dependendo do cargo pleiteado.

Seja como for, a concretização fortalecia a hierarquia de um ponto ao outro; caso contrário, estavam postos em cheque as lealdades e o poder político do solicitante local ou de seu deputado. A hierarquia e o poder tendiam, então, a ajustamentos: perda de clientes, derrota na eleição e outros, assim como a derrota nas eleições gerava o tremor nessa hierarquia.

Assim, o elemento que ligava o Estado à Sociedade não eram os partidos mas, antes, o clientelismo, em suas múltiplas facções de interesses no Império deixado, em parte, como herança para a República.

A construção temática de Richard Graham sobre o clientelismo privilegiou como periodização o Império de Dom Pedro II. Percebendo a indistinção entre público e privado e a divisão social fundamental dada entre pobres e ricos, privilegiou, como fonte de análise, as correspondências pessoais, de cunho oficial ou não, para captar claramente como funcionavam as correlações de dependência e controle no clientelismo patriarcal patrimonialista.

Essas fontes pessoais eram privilegiadas para evidenciar a indistinção entre público e privado que norteia o clientelismo, ao mesmo tempo que proporciona os seus limites. Em uma sociedade na qual o Estado, em sua organização política, dependia do privado para organizar-se, nada melhor do que essa documentação pessoal, para evidenciar como desenvolviam-se e enredavam-se os favorecimentos e desfavorecimentos clientelíticos.

Para encerrar essa resenha, nada melhor do que a escrita do próprio Richard Graham, como justificativa da relevância ou interesse pelo tema:

“O mais antigo relato da descoberta do Brasil, escrito como carta ao rei português por Pero Vaz de Caminha em 1500, terminava com um rogo de clemência em favor de seu

genro. Esse pedido foi a marca de nascença da política brasileira, e a troca de apadrinhamento por serviços e lealdade continua sendo um sinal até nossos dias (do clientelismo e do nepotismo).” (Graham, 1997, p. 271.)

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

## OS CAMINHOS DA MODERNIZAÇÃO NO INTERIOR PAULISTA

Fransérgio Follis\*

O livro de Agnaldo de Sousa Barbosa, *Política e Modernização em Franca (1945-1964)*, fruto de uma dissertação de mestrado defendida no Curso de Pós-Graduação em História da UNESP/Câmpus de Franca e publicada na Série *História Local*, vem contribuir não apenas à compreensão do processo histórico de modernização capitalista da cidade paulista de Franca, como também do país.

Após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, o Brasil iniciou sua transição rumo à modernidade capitalista que o consolidou, posteriormente, em nação tipicamente industrial. Para Agnaldo de Sousa Barbosa, em Franca, esse fenômeno se fez evidente de maneira intensa no momento histórico brasileiro conhecido como Período Democrático, entre 1945 e 1964. Durante esse período, o município deixou de ter uma economia assentada na produção agropecuária, especialmente de café, e passou a ter na indústria, sobretudo a calçadista, seu principal suporte econômico. Assim, ao contrário da opinião corrente na historiografia sobre Franca – segundo a qual tal situação somente se concretizou nos anos 60-70 –, Barbosa demonstra, por meio de uma sistemática e convincente pesquisa empírica, que já no início dos anos 50 a atividade industrial francana se consolidou como o principal sustentáculo da economia do município.

Tendo em vista que o Estado exerceu um papel fundamental na modernização capitalista brasileira, assumindo a função de

principal agente econômico impulsionador da industrialização do país, o que evidencia a intervenção crucial da esfera política na alavancagem desse processo, o historiador desvenda, com rara habilidade, o papel da política no processo de construção da modernidade capitalista em Franca, expressada sobretudo pela proliferação de fábricas e pelo crescimento da classe operária. Enveredando-se por esse complexo caminho, no qual economia e política aparecem numa intrincada relação, entremeado pela discussão da ação dos partidos políticos e da emergência, em Franca, de fenômenos políticos produzidos em razão da ascensão das massas urbanas, especialmente do operariado, como trabalhismo e o populismo, o historiador ressalta a inegável proeminência dos atores políticos da cidade na edificação e expansão da modernidade capitalista local. Nas suas palavras, “a ação de quadros políticos mostrou-se vital na discussão com foros superiores do poder estadual e nacional acerca dos problemas que atingiram a indústria de calçados nos anos 40-50, na proposição de alternativas para o incremento da industrialização e, de certa forma, na criação de um espírito positivo em relação à modernização, expresso, sobretudo, na atuação de políticos na imprensa” (p. 182).

Para a interpretação do processo de modernização do país e, por conseguinte, da dinâmica industrial de Franca, o historiador lança mão de um aparato conceitual inovador: a noção gramsciana de “revolução passiva” – revolução sem ruptura violenta com a ordem tradicional –, contestando, assim, as formulações defendidas por diversos pesquisadores que analisaram esse processo apenas pelo prisma da revolução burguesa ou da ausência de revolução. Na defesa de sua idéia, Barbosa salienta que o trânsito do país à modernidade capitalista se processou dirigido “pelo alto”, “conduzido sem uma ação revolucionária protagonizada pela burguesia – que arrastasse consigo massas urbanas e camponesas –, mas sob a nítida hegemonia das instâncias superestruturais do Estado e da política que, controladas pelas elites do latifúndio em dissidência, intermediaram a conversão do segmento industrial em pólo dinâmico da economia nacional” (p. 23).

---

\* Mestre em História pela UNESP/Franca.

Por meio de uma análise apurada das fontes pesquisadas, sobretudo jornais francanos da época, Agnaldo de Sousa Barbosa constatou a presença de matizes conservadores preponderantes entre os principais protagonistas do impulso político à industrialização de Franca, uma vez que esses atores da modernização francana eram, em sua maioria, portadores de valores políticos notadamente elitistas e conservadores. Nesse sentido, a cidade vivenciou uma história semelhante àquela vivenciada pelo Brasil no mesmo período. A passagem da cidade para a fase do capitalismo industrial se processou presidida pela tutela da tradição, do atraso, configurando a face local da “revolução passiva” brasileira. Segundo o autor, “houve a mudança, do ponto de vista da transformação material da sociedade (de agrária para industrial, assentada na fabricação de calçados) e do surgimento de um discurso político renovado (trabalhismo/populismo), que assimilou diversas demandas populares. No entanto, a conservação ficou nitidamente expressa no limitado raio de ação dos partidos trabalhistas (PTB e PTN), mandatários do poder municipal de 1948 a 1963, que a despeito da pretensa vinculação aos interesses da classe trabalhadora, movimentaram-se mediante a restrição de seus vínculos com os setores tradicionais da política” (p. 211).

Por outro lado, Barbosa apontou algumas peculiaridades político-sociais em Franca que fogem à configuração oficial ou daquela elaborada nos estudos de maior amplitude. Um exemplo é o caso do *ademarismo*, elemento político de notória hegemonia no Estado de São Paulo mas que, em Franca, apesar de deter alguma significatividade, não conseguiu suplantar o trabalhismo. A classe operária francana, de formação recente em relação aos grandes centros, viu no discurso trabalhista um elemento capaz de catalisar de forma mais satisfatória os seus anseios, por se dirigir de maneira mais direta ao operariado do que o discurso *ademarista*, mais difuso e que se dissolvia na categoria amorfa das massas. Entretanto, a forte influência da doutrina trabalhista, moldada na conciliação e harmonização dos interesses de patrões e empregados, concorreu para desestruturar a ascensão de um

movimento operário mais combativo em Franca. O predomínio de elementos trabalhistas na direção dos sindicatos da cidade explica, como observa o autor, a quase ausência de greves entre 1945 e 1964. Agindo como um mecanismo de controle das demandas advindas da classe trabalhadora francana, a doutrina trabalhista contribuiu, em grande medida, para a otimização do processo de acumulação capitalista das indústrias locais.

As contribuições desse livro à História e às Ciências Sociais é inegável. Além de colocar em evidência a importância da “renovada história política” para a análise da sociedade brasileira, ele também nos apresenta um procedimento exemplar de como deve ser exercida a interlocução entre a “história generalizante” e aquilo que se convencionou chamar de “história regional ou local”. Nesse sentido, apesar de observar que a primeira privilegia as semelhanças enquanto a segunda busca as diferenças, Agnaldo de Sousa Barbosa articula um constante e profícuo diálogo entre ambas, o que nos possibilita visualizar não apenas as peculiaridades pertinentes à cidade como também as semelhanças entre a dinâmica histórica local e os processos mais amplos que marcaram a sociedade brasileira em seu conjunto.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *Política e Modernização em Franca (1945-1964)*. Série História Local 9. Franca, SP: FHDSS/UNESP, 223 p., 1998.